

FAZENDO BALBÚRDIA:

A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PARA POLÍTICAS ESTUDANTIS

¹Professor do Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Constituição, Justiça e Cidadania (NEPCON). Doutor em Direito pela PUC-Rio.

Carlos Victor Nascimento dos Santos¹
Victória Araújo de Castro²
Joana Carolina Westrup de Andrade³
Gabriel Duarte Vilela⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência sobre o processo de criação e desenvolvimento do Curso de Extensão intitulado “Formação de Lideranças para Políticas Estudantis”. O processo de idealização, a criação, a implementação e os possíveis impactos da proposta são detalhados de forma a estimular reflexões acerca de temas como o combate ao bullying nas instituições de ensino, a organização e voz política do movimento estudantil e a necessidade de mudanças na realidade social a partir de maior conscientização, preparo e protagonismo de importantes atores da história brasileira: os estudantes. Como resultado, vários estudantes receberam uma formação capaz de instruir a criação de uma agremiação estudantil, contribuindo diretamente a construção de uma rede solidária de combate à segregação e exclusão social por meio do estímulo à recolocação do estudante no status que jamais deveria ter deixado de ter: o de um agente transformador da realidade social.

Palavras-chave: formação de lideranças; políticas estudantis; política; justiça; cidadania.

ABSTRACT

This paper aims to present an experience report on the process of creation and development of the Extension Course entitled “Leadership Training for Student Policies”. The process of idealization, creation, implementation and possible impacts of the proposal are detailed to stimulate reflections on topics such as fighting bullying in educational institutions, the organization and political voice of the student movement, and the need for changes in the social reality based on the preparation and protagonism of important actors

of Brazilian history: students. As a result, many students received training sessions capable of instructing the creation of a student association, contributing to the construction of a solidarity network to fight segregation and social exclusion by encouraging the placement of the student back in the status that they should never have ceased to have: that of a transforming agent of the social reality.

Keywords: leadership formation; student policies; politics; justice; citizenship.

INTRODUÇÃO

Segundo pesquisas recentes produzidas pelo Governo Federal, o bullying e a violência entre os estudantes ocorrem em cerca de 10% das escolas brasileiras. De acordo com a mesma pesquisa, 59,5% dos casos mencionados se intensificam a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Como medida preventiva, os professores dedicam os espaços que possuem com os alunos para propor reflexões sobre a diversidade cultural e, assim, aumentar a conscientização de seus alunos. E um dos dados que mais se destaca na referida pesquisa é: dos professores entrevistados, 81% afirmaram que as instituições de ensino em que trabalham promovem ações de combate ao bullying e violência nas escolas por meio da organização de eventos multiculturais (dados retirados de pesquisa realizada pelo INEP em 2021), o que destaca a mobilização das instituições de ensino em prol do combate à violência e discriminações das mais diversas naturezas.

A realização de eventos é uma medida inclusiva ao convidar a comunidade ao redor da instituição para o seu interior a fim de obter ainda mais conhecimento, desenvolver a escuta qualificada e tolerância e, sobretudo, estimular a produção do conhe-

cimento a partir do convívio, interação e experiência acumuladas neste processo. Muito embora a iniciativa surja principalmente das próprias instituições de ensino, todo o processo poderia se tornar facilitado se a instituição escolar fosse também fortalecida por iniciativa de seus próprios alunos (ROITMAN, 2016).

Neste contexto, o curso de extensão de Formação de Lideranças para Políticas Estudantis surge como uma medida de fortalecimento das instituições de ensino por iniciativa e ações concretas de seus próprios estudantes mobilizados política e academicamente em prol não apenas de interesses próprios, mas principalmente da melhoria da qualidade de ensino e formação estudantil de cada um deles.

E, para que a referida proposta seja mais bem compreendida, as próximas páginas explicitarão o processo de criação e implementação do curso de extensão a partir de descrições capazes de destacar muito brevemente: o contexto atual da realidade política e social brasileira, relacionado sempre à organização política e ao movimento estudantil, além do empenho intelectual e

mobilização social necessárias à realização do referido curso. Por fim, serão destacados alguns dos principais desafios enfrentados à realização do curso e algumas das principais lições e aprendizados por ele deixados.

Assim, espera-se que o relato de experiência aqui seja capaz de instruir e mobilizar estudantes ao livre exercício da sua manifestação de pensamento, liberdade de expressão e cidadania na sociedade brasileira (COSTA, 2000). Conseqüentemente, as instituições de ensino poderão ganhar um importante ator no combate às desigualdades, discriminações dos mais diversos tipos e, sobretudo, ao bullying e violências no âmbito de suas escolas: os seus próprios estudantes politicamente organizados.

1. Como promover atividades inclusivas e reflexivas diante de um contexto de incertezas na gestão do ensino e na produção do conhecimento?

Diante do cenário atual de rediscussão do ensino à distância, trabalho remoto, *home office* e utilização cada vez mais intensa de recursos tecnológicos capazes de facilitar a administração do tempo e das tarefas que cada uma das pessoas possuem em seu dia a dia, impulsionados ainda pela pandemia causada pela Covid-19, a intensificação das interações virtuais no convívio social ganha especial destaque na sociedade. Atribuindo enfoque à educação brasileira, impactada sobremaneira pelo atual cenário, o ensino à distância (UNESCO, 1997) e o ensino remoto (PETERS, 1973 apud NUNES, 1993; KENSKI, 2003) têm ganhado os holofotes da mídia e dividido a centralidade das discussões públicas juntamente com o impacto econômico do isolamento social a partir das mudanças forçadas na forma de gerenciamento das atividades laborais.

A partir do estímulo natural à utilização de recursos próprios da educação à distância, o ensino presencial passa a ser rediscutido em suas múltiplas faces, como: (i) o acesso amplo e irrestrito à internet pelos alunos e professores para conduzirem suas atividades de forma remota e à distância; (ii) a preparação de alunos para lidarem com novas ferramentas, inclusive tecnológicas, aplicadas ao ensino; (iii) o tempo destinado à formação de professores e preparação de alunos para as interações previstas e necessárias à manutenção do ensino à distância, ainda que de forma temporária; (iv) as competências técnicas e administrativas de gestores do ensino para mediar todo esse cenário; (v) a sensibilização das instituições de ensino às dificuldades encontradas pelos atores nesse difícil processo de mudança repentina na forma de aprender e mediar a produção do conhecimento frente à competitividade estimulada entre elas pelo mercado (FERREIRA; e CARNEIRO, 2015, p. 220); (vi) a falta de recursos financeiros e tecnológicos necessários à condução qualificada deste processo; (vii) a disponibilidade e conhecimento de pais e responsáveis para colaborar no processo de redesenho das formas de produção do saber; e, é claro, (viii) a receptividade de todos estes atores frente a todas essas mudanças em um curto espaço de tempo.

Em outras palavras, o próprio contexto social se tornou o principal limitador de práticas inclusivas, capazes de transformar o cidadão como protagonista tanto do processo de produção do conhecimento quanto participante assíduo do processo de deliberação pública sobre temas que impactam diretamente em suas vidas, o que dificulta o exercício de seu papel social como agente garantidor de transformações sociais. Essas foram algumas das principais motivações para, com a utili-

zação das ferramentas e infraestrutura oferecidas pela universidade, criar atividades que aproximem a universidade (ALONSO, 2010) – considerada uma das maiores responsáveis por criar reflexões críticas por meio da produção do conhecimento científico – , com pessoas que não se enxergam como parte fundamental deste projeto e processo de mudança social.

E um dos maiores desafios foi idealizar um projeto ou curso capaz de alcançar tais objetivos, ainda que diante das limitações impostas pelo atual cenário de isolamento social e seu impacto na educação brasileira. Isso porque, à época em que foi idealizado, no semestre de 2021, o cenário pandêmico ainda era bastante incerto, mesmo diante de avanços com a criação, compra, distribuição e aplicação de vacinas contra o coronavírus – o que deveria ser considerado quando diante da realização de propostas de atividades extensionistas para o semestre seguinte.

Neste contexto, optou-se, de forma bastante experimental, por criar uma formação a ser oferecida ao nosso público alvo de forma remota. E, apesar da complexidade que o atual cenário nos impõe, foi assumida a responsabilidade de criar uma proposta capaz de alcançar diferentes públicos, como os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. O principal objetivo foi oferecer uma instrução capaz de alcançar diferentes interesses a partir do argumento constante do necessário aumento de participação política no processo de deliberação pública desses importantes atores. E, dentre todos os formatos possíveis, optou-se por criar um ambiente acolhedor, reflexivo e sobretudo inclusivo, a partir do oferecimento de um espaço dialógico de produção do conhecimento independente de níveis e seg-

mentos do ensino, com a discussão de temas transversais e fundamentais às mudanças sociais tão necessárias em nosso país.

Neste sentido, a utilização do meio virtual funcionou como um verdadeiro laboratório para mapearmos o interesse da comunidade escolar em uma formação deste teor, a aceitação e adesão ao curso por parte dos alunos e suas escolas, o perfil do público alcançado por meio da plataforma digital e, sobretudo, analisar os pormenores de como as plataformas digitais podem contribuir na educação e formação estudantil a partir da condução do ensino e da aprendizagem de forma remota e à distância (FERREIRA; e CARNEIRO, 2015), além de como esse processo tem sido conduzido por meio das mídias digitais (BARBOSA, 2011). Isso permitirá a utilização de estratégias específicas para o alcance do público alvo e estímulo à interatividade entre os atores envolvidos no projeto de extensão.

2. A idealização do projeto enquanto um instrumento de avaliação da própria prática docente

É inevitável que, diante de todos os obstáculos enfrentados pelos professores em um período de isolamento social, em razão da pandemia causada pelo coronavírus, a prática docente seja necessariamente repensada para melhor se adaptar às novas condições e limitações sociais. Do contrário, ela jamais poderia continuar a ser tratada como inclusiva e transformadora. Diante desse novo contexto, foi preciso desenvolver maior sensibilização, principalmente sobre o papel a ser exercido pelo professor na educação à distância (EaD), até a difusão da percepção de que não somos e não devemos ser protagonistas de um processo de ensino ou mera transfe-

rência de saberes e experiências. O professor (não apenas, mas principalmente) na educação à distância é, na verdade, um gestor do processo de construção do conhecimento.

Além disso, é preciso se atentar às particularidades do aluno da EaD, não bastando que arquivos em .pdf sejam inseridos numa plataforma, é preciso um cuidado especial na aproximação com esse aluno, apresentando cronograma antecipado das atividades, videoaulas, casos concretos, exercícios, revisões e, finalmente, interação real e instantânea com encontros síncronos em plataformas de fácil e dinâmico acesso. A independência que se espera desses mesmos alunos precisa ser construída com a participação direta do professor, auxiliando o aluno a encontrar a melhor e mais fácil forma de produzir o conhecimento que tramita em torno da área que deseja estudar e se formar. Foi diante desse contexto e percepção sobre a prática docente que o professor e também coordenador do curso de extensão precisou assumir a responsabilidade de atuar diretamente nesse campo, apresentando instrumentos capazes de organizar estudos, materializar conhecimentos e, principalmente, transformar intuições acadêmico-profissionais em problemas concretos de pesquisa passíveis de análise e aprofundamento.

Desse modo, o curso de extensão foi pensado e organizado a partir da utilização de mídias digitais capazes de estimular e facilitar a interação entre diferentes públicos, tendo por base um tema de interesse comum a todos: um curso para alunos da Educação Básica e Ensino Superior criarem suas próprias agremiações estudantis e, conseqüentemente, garantirem sua representação no processo de participação e deliberação pública de temas que lhes são afetos. Assim, o curso, que inicialmente teria o nome de “Bora fazer bal-

búrdia!” como forma estratégica de obtenção de maior apelo e adesão social, foi substituído por outro, para evitar possíveis represálias e conotações negativas, capaz de sintetizar toda a ideia a ser transmitida: “Formação de lideranças para políticas estudantis”.

O conteúdo do curso foi criado e distribuído de modo a: (i) alcançar o interesse dos diferentes públicos participantes; (ii) gerar menor desequilíbrio nas relações estabelecidas; (iii) apresentar conhecimentos mínimos e necessários à compreensão do papel político a ser exercido pelos estudantes na sociedade; (iv) estimular a criação e manutenção de agremiações estudantis; e (v) demonstrar a importância do papel a ser exercido pelo estudante como um dos agentes garantidores de transformações sociais.

Para tanto, o curso foi ministrado em dez encontros síncronos, realizados uma vez a cada semana na plataforma digital “Google Meet”. A ementa do curso poderia ser facilmente definida por meio da concentração em três grandes módulos: (i) Formação em Política, onde os alunos tiveram a oportunidade de compreender o seu significado e representatividade na sociedade; (ii) Formação em Justiça e Poder Judiciário, onde os alunos aumentaram a percepção sobre como o campo jurídico é capaz de orientar a organização e mobilização social em prol de direitos; e (iii) Formação em Cidadania, oportunidade em que os alunos foram submetidos à discussão de temas capazes de aguçar as suas percepções sobre como atuar política e socialmente diante de matérias de grande relevância e impacto social sobre suas próprias vidas.

O seu conteúdo programático foi distribuído da seguinte forma:

FORMAÇÃO EM POLÍTICA

- O que é um grêmio estudantil?
- O que é e como fazer política?
- Ideologias de direita, esquerda e centro.
- Eleição, campanha eleitoral e programas “de governo”.
- Poderes de Estado.
- Funções típicas e atípicas (freios e contrapesos).
- As políticas públicas e seu ciclo.
- Marketing político.

FORMAÇÃO JURÍDICA

- Poder Judiciário e Órgãos auxiliares da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e Delegacias).
- Hierarquia das leis e seus conflitos.
- A Constituição e seus direitos subjetivos.
- Legislação específica sobre a previsão e Formação de grêmios estudantis.
- Direito Civil: capacidade, personalidade e ato ilícito.
- Responsabilidade civil.
- Introdução aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- Crimes: plágio, contra a honra, corrupção ativa e passiva, prevaricação, contra a mulher e desobediência civil.

FORMAÇÃO EM CIDADANIA

- O que é cidadania?
- Agressões físicas, verbais e psicológicas contra grupos vulneráveis.
- Tema I: Violência e bullying nas escolas.
- Tema II: Comunidades ou favelas?
- Tema III: Racismo.
- Tema IV: LGBTQIA+.
- Tema V: Violência contra mulheres.

Por fim, o processo avaliativo do curso foi definido como observação à participação direta e ativa dos alunos nos encontros realizados e frequência de, no mínimo, 75% de todos os encontros, o que representaria oito dos dez projetados.

Mas, como nem todas as nossas projeções ocorrem do modo esperado, todo o cenário idealizado enfrentou alguns desafios à sua implementação, o que não significa que eles tenham gerado prejuízos. Ao contrário, tais questões transformaram o espaço dialógico criado em um ambiente caracterizado pela empatia, alteridade e sensibilidade de todos os envolvidos e interessados na execução do projeto, conforme será mais bem explicitado no tópico a seguir.

3. A reação do público à realização do curso de Formação de Lideranças para Políticas Estudantis

Antes mesmo de montar o curso e o seu conteúdo programático, alguns professores e amigos foram consultados sobre a possibilidade de contribuição com ao menos uma participação nos encontros. A ideia era que, ao definir o conteúdo a ser ministrado, cada um deles pudessem discuti-los dentro de sua grande área de interesse. Prontamente, todos aceitaram com empolgação o convite, mas deixando claro o enorme desafio que teriam pela frente: apresentar e discutir um conteúdo para públicos bastante diversos e em estágios diferentes de maturidade intelectual: alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Ensino Superior.

Para contribuir à superação deste enorme desafio à prática docente e criar um ambiente mais leve e de maior conforto aos palestrantes e alunos, optou-se por adotar estratégia muito utilizada nas mediações

extrajudiciais de conflitos e nas facilitações de diálogos: desestimular qualquer prática de contraditório e focar principalmente na compreensão e explicação dos fenômenos a serem discutidos. Assim, seria possível criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, capaz de alcançar os diferentes públicos-alvo. Todos os palestrantes aderiram à ideia, cabendo principalmente ao mediador manter esse mesmo tom independente dos temas a serem discutidos.

Após a organização do curso, foi estabelecido que os encontros seriam sempre às sextas-feiras, das 17h às 18h30, por diversas razões, tais como: (i) disponibilidade dos palestrantes; (ii) maior disponibilidade de alunos da educação básica, por estarem encerrando o horário de aulas no colégio; e (iii) por ser um período de transição das aulas vespertinas e encerramento dos estágios e trabalhos de alunos do Ensino Superior. Em seguida, foi realizada ampla divulgação, principalmente por meio das mídias digitais, como Instagram e Facebook, além do envio de e-mails para escolas públicas dos municípios de Macaé e Rio das Ostras (em razão da proximidade com o Departamento ao qual o curso de extensão estaria vinculado). Como resultado, as 200 vagas oferecidas foram esgotadas em apenas quatro dias.

Dos inscritos, destaca-se o fato de 133 terem declarado ser do sexo feminino, com predomínio de inscrições na região sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), mas tendo representações da região norte (Rondônia) e nordeste (Bahia). A diversidade nas inscrições resultou em aproximadamente 75% de todo o público matriculado no curso ser externo à Universidade Federal Fluminense, instituição promotora da atividade extensionista. A partir daí, era só colocar em prática todo o planejado.

Apesar de o curso ter sido conduzido conforme o planejado, houve alguns contratemplos com que tivemos que lidar. O primeiro deles foi dar início ao curso no mês de junho de 2022 e, em julho, paralisar as suas atividades em razão do necessário respeito ao recesso escolar. Acredita-se ter ocorrido possível quebra no ritmo e entusiasmo dos alunos cursistas, diminuindo a frequência quando do retorno às atividades no mês de agosto. A frequência diminuiu aproximadamente 30% do público que cursava antes do recesso. Mesmo diante do ocorrido, dos que permaneceram assíduos, todos participavam do início ao fim do evento, inclusive após a disponibilização da lista de presença, momento que costuma ocorrer maior diminuição da assiduidade.

Outro fator que também pode ter contribuído à diminuição da assiduidade foi o fato de, quando o curso foi idealizado e organizado (novembro/2021), não haver ainda previsão de retorno às atividades escolares 100% presenciais. Em razão disso, ele foi estruturado para ser 100% remoto. Mas, durante a sua execução, tivemos que lidar com o fato de que, após o recesso escolar de julho de 2022, as atividades escolares voltaram a ser 100% presenciais em quase todo o país. Isso dificultou o acesso à internet de muitos inscritos que se encontravam em deslocamento para as suas residências, instituições de ensino, locais de trabalho, estágios, ou ainda que não puderam se deslocar para ter a tranquilidade e segurança necessárias para acessar a internet.

Mesmo diante de todas as adversidades, a partir de análise dos formulários de respostas preenchidos pelos alunos no momento de inscrição e na lista de presença preenchida a cada encontro, foi possível perceber o alcance de um nível de satisfação geral dos inscritos no curso de aproximadamente 95%,

com 100% de aprovação dos temas debatidos, 100% de aprovação para os tempos de duração do debate, e uma taxa de 90% dos inscritos afirmando que o curso contribuiu para seu conhecimento. Em relação ao público-alvo, dentre os frequentadores do curso, foi alcançada a marca aproximada de 40% de pessoas entre 11 e 16 anos, e aproximadamente 60% de pessoas a partir dos 17 anos. Dentre os que possuíam mais de 17 anos, todos estavam vinculados a uma instituição de nível superior.

A satisfação com o curso alcançou também um público além dos cursistas: os pais dos alunos, os quais costumeiramente enviavam e-mails como respostas às instruções de participação de cada um dos encontros, lamentando o fato de o filho não participar de um ou outro encontro e destacando a importância e qualidade do curso. Nos e-mails enviados, eram unânimes as manifestações de desejos que os filhos não ficassem reprovados por faltas em razão de considerarem o curso oferecido como fundamental na formação deles. Assim, além de justificar as faltas, os e-mails sempre solicitavam formas de acesso ao conteúdo perdido. Foi também por esse motivo que foi criado um canal no YouTube com a disponibilização de todas as aulas (NEPCON - YouTube), além do envio por e-mail do material utilizado e recomendado pelos professores nas palestras concedidas.

Esses últimos ficaram bastante empolgados com o projeto: ao receber o convite para participar, os professores mostravam empolgação com o curso, inclusive mudando a sua agenda pessoal e profissional para não deixarem de participar dos encontros. Nenhum deles recusou o convite feito. Foi notada uma preocupação especial dos professores em criar um discurso capaz de alcançar os di-

ferentes públicos em que se apresentariam. Para facilitar esse processo, a maioria deles preparou um material para apresentação de sua fala (em *powerpoint*, textos e vídeos) e utilizou um linguajar mais simples e acessível para oferecer uma discussão que alcançasse e agradasse a todas e todos. E o tom da fala, conforme mencionado anteriormente, foi o mais inclusivo possível, criando um ambiente agradável e de muita empatia, alteridade e solidariedade. Ao final de suas participações, todos os professores demonstraram enorme satisfação em participar do projeto, destacando a necessidade de o mesmo ser mantido para os próximos anos, adaptando-se inclusive ao formato presencial.

E não foi apenas o público envolvido direta ou indiretamente com o projeto que manifestou o seu apreço por ele, professores da Universidade Federal Fluminense e servidores técnico-administrativos que ficaram sabendo da sua realização fizeram contato para agendar reuniões a fim de conhecer mais o projeto. O principal objetivo era conhecer as dificuldades enfrentadas em sua realização e discutir possibilidades de implementá-lo em formato presencial, de modo a superar as barreiras tecnológicas que impediram o acesso a pessoas que verdadeiramente desejam cursá-lo. Parcerias foram propostas para implementar o curso no ano seguinte, como aproximação a grupos de estudo e pesquisa vinculados a outros departamentos de ensino, dentro da própria Universidade Federal Fluminense, além de proposta recebida por representante da Secretaria Estadual de Educação para implementar o curso presencial nos municípios de Macaé e Rio das Ostras. Enfim, todo o cenário descrito gerou enormes aprendizados e reflexões que demandam especial análise para continuarmos criando um ambiente inclusivo e de muita solidarie-

dade para alcançarmos um público cada vez maior e mais interessado em mudar a sociedade por meio de sua participação mais ativa nas discussões públicas que impactam diretamente em suas vidas.

4. Considerações finais: lições e aprendizados que o projeto nos deixou

A política e movimento estudantil não apenas se revelam como formas específicas de busca pelo poder, mas principalmente de aumentar a conscientização por meio da produção do conhecimento qualificada a partir de discussões próximas ao cotidiano de cada um dos alunos e que impactam diretamente as suas vidas. Por meio da reflexão de ações concretas capazes de combater a desigualdade, o preconceito, a discriminação dos mais diversos tipos, a violência física e psicológica, os alunos poderiam desenvolver maior sensibilidade às causas sociais, envolvendo os seus familiares e amigos e gerando um círculo ainda maior de pessoas interessadas em superar tais problemas sociais.

O combate ao *bullying* e violência nas escolas, a população LGBTQIA+, o racismo, o aumento de menores infratores, a inclusão do jovem na política (POERNER, 1979), por exemplo, são temas amplamente discutidos na comunidade acadêmica, além de também o ser no meio político e jurídico. E, aproveitando o momento de maior profusão de informações veiculadas virtualmente, esse curso buscou alcançar estudantes de escolas públicas e particulares que apresentassem o desejo de obter uma formação política, jurídica e acadêmica sobre proteção e reivindicação a direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Assim, (i) com a participação de professores especialistas, mestres e doutores na condução das aulas, (ii) com a apresentação e discussão de casos práticos e pesquisas

em andamento ou já realizadas, além do estímulo à interação entre comunidade escolar e comunidade universitária, foram estabelecidas relações entre o ensino, a pesquisa e a extensão tendo por base o objeto de estudo e pesquisa do presente projeto.

E a discussão de temas sensíveis na sociedade não pode ser evitada entre crianças e adolescentes, mas adaptada à sua compreensão e realidade, pois, quando diante da sua análise, se mostram bastante maduros e sensíveis à análise de questões que muitos apresentam receio em compartilhar com cada um deles. Os jovens precisam ser mais bem alcançados pelas discussões que afetam diretamente as suas vidas, não devendo ser ignorados nesse fundamental processo de discussão e deliberação pública (SEMPREBOM, 2008). Mas também não basta que apenas façam parte desse processo, é preciso que se sintam diretamente afetados ao ponto de assumir o protagonismo e a responsabilidade em lidar com temas tão sensíveis.

Esse é o sentimento que o Curso de Extensão “Formação de lideranças para políticas estudantis” buscou despertar ao atribuir

especial enfoque na construção coletiva de uma Formação em Política, Justiça e Cidadania, estimulando a construção de uma rede solidária de combate à segregação e exclusão social por meio do estímulo à recolocação do estudante no status que jamais deveria ter deixado de ter: o de um agente transformador da realidade social ao qual está inserido.

Agora, basta-nos dar um grande salto ao passo seguinte, para além de ensinar como fazer: criar condições de acesso às ferramentas adequadas à criação efetiva e manutenção das agremiações estudantis em nossas instituições de ensino. É preciso darmos início às ações efetivas, instruindo os alunos a colocar em prática cada um dos passos apresentados e discutidos no curso, com a alteridade necessária de quem deve fazer política de forma inclusiva, solidária e de modo a transformar a sua própria realidade. Esse é um novo passo que começa a ser discutido e construído de forma coletiva como forma de continuidade ao projeto que se encerra. Esperamos que, em breve, tenhamos notícias positivas para toda a nossa comunidade. Contamos inclusive com o seu apoio!

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010.

BARBOSA, Juliana da Silva Dias; e BATISTA, Danilo Lemos. **As mídias sociais na educação.** In: V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, Eixo temático 8: Tecnologia, mídia e educação, 2011.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FERREIRA, Marcelo; CARNEIRO, Teresa C. J. **A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade**

Aberta do Brasil. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, maio/jun. 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07> >. Acesso em: 22 abr. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papyrus, 2003.

NUNES, Ivônio Barros. **Noções de Educação a Distância.** Revista Educação a Distância, Brasília, n. 4, p. 7-25, dez./abr., 1993. Disponível em: http://www.educadoces.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF. Acesso em: 20 mar. 2020.

PARANÁ. **Manual do Grêmio Estudantil.** SEED, 2012. Disponível em <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/>

arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf. Acesso em: 13/06/2016.

PAVÃO, Gislaine Cristina; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Grêmios estudantis e gestão escolar democrática: considerações sobre o espaço de participação dos alunos em uma escola pública no noroeste do Paraná.** 2010. Disponível em http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/tcc_2010/gislaine_pavao.pdf. Acesso em: 13/06/2016.

PESCUMA, Derna. **Grêmios estudantis, uma realidade a ser conquistada.** Dissertação Universidade Pontifícia Católica, São Paulo, 1990.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ROITMAN, Isaac. **Ocupação nas escolas.** 2016. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/?p=11827>. Acesso em: 14/06/2016.

RIO DE JANEIRO, Secretaria Municipal de Educação. **Grêmios é fundamental: um guia para implementação.** Rio de Janeiro, jun. 2013.

SEMPREBOM, Sílvia Maria Pires; RIBEIRO, Fábio Viana. **Juventude e participação.** 2008. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/959-4.pdf>. Acesso em: 13/06/2016.

UNESCO. **Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas de qualidade.** Florianópolis: UFSC, 1997.